etrônico

Estratégia
CONCURSOS

Aul

1000 Questões Comentadas de Direito Constitucional - Banca CESPE

Professor: Equipe Ricardo e Nádia 01, Equipe Ricardo e Nádia 02, Nádia Carolina, Ricardo Vale

AULA 00 – DIREITO CONSTITUCIONAL

Sumário

PGE/AM - 2016 3
ANVISA - 2016 11
Lista de Questões 18
Gabarito 23

Olá, pessoal! Tudo bem?

É um prazer enorme estar aqui com vocês para apresentar o nosso mais novo projeto, que irá ser um **grande diferencial nos seus estudos** durante o ano de 2017. É o curso **"1000 Questões Comentadas de Direito Constitucional (CESPE)"**.

Obviamente, **não é um curso para iniciantes**, mas sim para aqueles alunos que já estudaram a teoria de Direito Constitucional e precisam, agora, **aprofundar-se mais ainda nessa disciplina**.

Em nossa opinião, o CESPE é, dentre todas as bancas examinadoras, aquela que tem **questões mais inteligentes**. Por isso, acreditamos que esse é um curso essencial para qualquer aluno que se prepara em alto nível. Assim, mesmo que você esteja estudando para concursos de outras bancas, esse curso poderá lhe ajudar bastante.

Ao todo, estão programadas **13 aulas**, as quais serão disponibilizadas de 10 em 10 dias. Nossa metodologia será apresentar **provas comentadas do CESPE**. O objetivo é que você possa usar essas provas como se fossem verdadeiros simulados de Direito Constitucional. Ao longo do curso, resolveremos praticamente todas as questões cobradas pelo CESPE em 2016 e 2015.

A aula de hoje é apenas demonstrativa e, portanto, iremos comentar somente duas provas recentes do CESPE, ambas aplicadas em 2016: PGE-AM e ANVISA. Nas aulas seguintes, comentaremos um número bem grande de questões. Ao final do curso, serão **mais de 1000 Questões Comentadas do CESPE**, **seja formato "C" e "E", seja no formato múltipla escolha**, uma vez que a banca vem adotando os dois modelos. Certamente, essas questões deixarão os seus estudos em outro nível.

Abraços,

Nádia e Ricardo

"O segredo do sucesso é a constância no objetivo".

Para **tirar dúvidas** e ter **acesso a dicas e conteúdos gratuitos**, acesse nossas redes sociais:

Facebook do Prof. Ricardo Vale:

https://www.facebook.com/profricardovale

Facebook da Profª. Nádia Carolina:

https://www.facebook.com/nadia.c.santos.16?fref=ts

Canal do YouTube do Ricardo Vale:

https://www.youtube.com/channel/UC32LlMyS96biplI715yzS9Q

PGE/AM - 2016

Com relação aos mecanismos de defesa da CF e das Constituições estaduais, julgue os itens a seguir.

1. (CESPE/ PGE-AM – 2016) Ante a constatação de que determinada lei municipal contraria princípio de intervenção (princípio sensível) presente tanto na CF como na Constituição estadual, o governador do estado poderá ajuizar ação de controle abstrato de normas tanto em relação à CF, perante o STF, como em relação à Constituição estadual, perante o respectivo tribunal de justiça.

Comentários:

Há alguns aspectos interessantes que podemos analisar nessa questão:

a) Lei municipal pode ser objeto de controle abstrato de constitucionalidade perante o STF?

Sim. É possível que lei municipal seja objeto de ADPF (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental) proposta perante o STF. Por meio da ADPF, será realizado o controle abstrato de constitucionalidade da lei municipal, tendo como parâmetro a Constituição Federal de 1988.

b) Lei municipal pode ser objeto de controle abstrato de constitucionalidade perante o Tribunal de Justiça?

Sim. O Tribunal de Justiça tem competência para processar e julgar, originariamente, ADI de lei ou ato normativo estadual ou municipal. Assim, será realizado o controle abstrato de constitucionalidade da lei municipal, tendo como parâmetro a Constituição Estadual.

c) O Governador tem legitimidade para ajuizar ação de controle abstrato de normas?

Sim. Os legitimados para propor as ações do controle abstrato de constitucionalidade perante o STF estão elencados no art. 103, CF, dentre os quais está o Governador de Estado.

> **Art. 103.** Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade:
> **I -** o Presidente da República;
> **II -** a Mesa do Senado Federal;
> **III -** a Mesa da Câmara dos Deputados;
> **IV -** a Mesa de Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal;
> **V -** o Governador de Estado ou do Distrito Federal;
> **VI -** o Procurador-Geral da República;
> **VII -** o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;
> **VIII -** partido político com representação no Congresso Nacional;
> **IX -** confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.

Cabe destacar que cabe a cada Constituição Estadual elencar os legitimados para provocar o controle abstrato de constitucionalidade perante o Tribunal de Justiça. Em geral, as Constituições Estaduais atribuem tal legitimidade ao Governador.

Por tudo o que comentamos, a questão está correta.

2. (CESPE/ PGE-AM – 2016) No caso de representação com vistas à intervenção estadual em município para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição estadual, o provimento do pedido pelo tribunal de justiça não pode consistir na suspensão da execução do ato normativo impugnado, mesmo que essa medida baste ao restabelecimento da normalidade.

Comentários:

As hipóteses de intervenção do Estado em seus municípios estão previstas no art. 35, CF/88:

> **Art. 35.** O Estado não intervirá em seus Municípios, nem a União nos Municípios localizados em Território Federal, exceto quando:
> **I -** deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada;
> **II -** não forem prestadas contas devidas, na forma da lei;
> **III –** não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde;
> **IV -** o Tribunal de Justiça der provimento a representação para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição Estadual, ou para prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial.

No caso de provimento de pedido pelo Tribunal de Justiça, ***poderá, sim, haver apenas a suspensão da execução do ato impugnado***. Caso essa medida não seja suficiente para que seja restabelecida a normalidade, caberá a decretação da intervenção estadual.

Questão errada.

3. (CESPE/ PGE-AM – 2016) No exercício da competência para o chamado veto jurídico no âmbito dos correspondentes processos legislativos, governadores e prefeitos podem invocar tão somente violações às respectivas leis fundamentais (Constituições estaduais e leis orgânicas municipais), sendo-lhes vedado vetar projetos de lei com base na sua incompatibilidade com a CF.

Comentários:

Há 2 (dois) tipos de veto: o ***veto jurídico*** e o ***veto político***. O veto jurídico se dá quando o Chefe do Poder Executivo considera que o projeto de lei é inconstitucional; por sua vez, o veto político acontece quando o Chefe do Poder Executivo considera que o projeto de lei é contrário ao interesse público.

No veto jurídico, os Governadores e Prefeitos podem sim alegar que há incompatibilidade entre o projeto de lei e a Constituição Federal. Em outras palavras, o fundamento do veto jurídico realizado pelos Prefeitos e Governadores pode, sim, ter como parâmetro a Constituição Federal. Questão errada.

4. (CESPE/ PGE-AM – 2016) Decreto legislativo editado pelo Poder Legislativo para sustar ato normativo do Poder Executivo por exorbitância do poder regulamentar pode ser apreciado em controle abstrato de normas, oportunidade em que o tribunal competente deverá analisar se tal ato normativo efetivamente extrapolou a lei objeto de regulamentação para, somente depois disso, decidir sobre a constitucionalidade do referido decreto legislativo.

Comentários:

O Congresso Nacional tem competência para, mediante ***decreto legislativo***, sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do seu poder regulamentar (art. 49, V, CF/88).

Diante disso, pergunta-se: esse decreto legislativo poderá ser objeto de controle abstrato de constitucionalidade pelo STF?

Sim, poderá. O decreto legislativo consiste em ***norma primária*** e, portanto, possui ***densidade normativa suficiente para se submeter ao controle abstrato*** de constitucionalidade.

Para fazer essa análise, o STF precisará, primeiro, verificar se o ato normativo extrapolou os limites do poder regulamentar. ***Só depois disso*** é que o STF poderá decidir sobre a constitucionalidade do decreto legislativo.

Questão correta.

Acerca do regime constitucional de distribuição de competências normativas, julgue os itens subsequentes.

5. (CESPE/ PGE-AM – 2016) A competência dos estados para suplementar a legislação federal sobre normas gerais é indelegável. As competências oriundas do seu poder remanescente, por sua vez, são delegáveis, conforme disposição na Constituição estadual.

Comentários:

No âmbito da competência concorrente, cabe à União editar as normas gerais; aos estados, cabe o exercício da competência suplementar. A primeira parte da questão está correta: a competência dos estados para suplementar a legislação federal sobre normas gerais é, de fato, ***indelegável***. O erro está na segunda parte. As competências remanescentes dos Estados ***também não podem ser delegadas***, uma vez que têm caráter residual. Questão errada.

6. (CESPE/ PGE-AM – 2016) Embora, conforme a CF, a lei orgânica municipal esteja subordinada aos termos da Constituição estadual

correspondente, esta última Carta não pode estabelecer condicionamentos ao poder de auto-organização dos municípios.

Comentários:

Na condição de entes federativos, os Municípios têm ***capacidade de auto-organização***, que se reflete na elaboração das Leis Orgânicas municipais. O poder de auto-organização dos Municípios é, todavia, limitado pela Constituição Federal (art. 29, CF/88).

É unicamente a Constituição Federal que fixa os parâmetros limitadores do poder de auto-organização dos Municípios. Segundo o STF, ***tais limites não podem ser atenuados nem agravados*** pela Constituição do Estado.[1] Questão correta.

7. (CESPE/ PGE-AM – 2016) A incidência de lei emanada da União é determinada na própria lei, independentemente das regras constitucionais federais sobre repartição de competências: é a previsão na própria lei, quando de sua edição, que determinará se ela se aplicará aos demais entes federativos (lei nacional, portanto) ou apenas à União (lei federal, por conseguinte).

Comentários:

É importante que saibamos a diferença entre ***lei nacional*** (aplicável a todos os entes federativos) e ***lei federal*** (aplicável apenas à União). Para ficar mais claro, vamos a dois exemplos:

- A Lei nº 8.112/90 versa sobre o regime jurídico dos servidores públicos federais. Trata-se de ***lei federal***, uma vez que aplicável apenas à União.

- A LC nº 150/2015 versa sobre a aposentadoria compulsória dos servidores públicos de todos os níveis federativos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios). Trata-se, portanto, de ***lei nacional***.

Pois bem... Dito isso, cabe-nos destacar que as ***regras constitucionais*** sobre repartição de competências é que irão definir se uma lei será federal ou nacional. Caso a Constituição Federal determine que certa matéria será tratada por lei nacional, essa será a incidência da lei. Se, por outro lado, a Constituição Federal determina que certa matéria será tratada por lei federal, essa será a incidência dessa lei. Questão errada.

8. (CESPE/ PGE-AM – 2016) No âmbito das competências concorrentes, lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia de lei estadual superveniente, no que esta lhe for contrária.

Comentários:

No âmbito da competência concorrente, a União é responsável por editar as normas gerais. Diante da inércia da União, os Estados exercerão a ***competência legislativa plena***, podendo editar as normas gerais e as normas específicas.

[1] ADI 2.112 MC, rel. min. Sepúlveda Pertence, j. 11-5-2000, P, DJ de 18-5-2001.

Pois bem... Agora, suponha que o Estado de Minas Gerais, diante da inércia da União, editou uma lei de normas gerais. A União resolveu se "mexer" e, após isso, edita sua lei de normas gerais. O que acontece?

Segundo a CF/88, a ***superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual***, no que lhe for contrária. Vejam que isso é o oposto do que afirma o enunciado. Questão errada.

Julgue os itens que se seguem, acerca do poder de auto-organização atribuído aos estados-membros no âmbito da Federação brasileira.

9. (CESPE/ PGE-AM – 2016) Dado o princípio majoritário adotado pela CF, pode a Constituição estadual prever que o pedido de criação de comissão parlamentar de inquérito efetuado por um terço dos deputados estaduais no âmbito da assembleia legislativa fique condicionado à vontade da maioria do plenário, que, se assim deliberar, poderá impedir a instalação da respectiva comissão.

Comentários:

Segundo o STF, as CPIs são um ***direito das minorias*** e, portanto, a instituição de CPI não pode ser condicionada à vontade do Plenário, dependendo tão-somente de requerimento de 1/3 dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, em conjunto ou separadamente.

Esse modelo federal de criação e instauração das comissões parlamentares de inquérito constitui matéria a ser ***compulsoriamente observada*** pelas Constituições Estaduais. Desse modo, não há razão para a submissão do requerimento de constituição de CPI ao Plenário da Assembleia Legislativa. Questão errada.

10. (CESPE/ PGE-AM – 2016) Ao instituir sistema estadual de controle abstrato de normas, o estado não estará obrigado a prever em sua Constituição um rol de legitimados para a ação necessariamente equivalente àquele previsto para o controle abstrato de normas no STF.

Comentários:

O STF entende que a Constituição Estadual ***pode prever outros legitimados*** que não encontram correspondência no art. 103 da CF/88. Trata-se de matéria que está no âmbito da autonomia política de cada estado. Questão correta.

11. (CESPE/ PGE-AM – 2016) A despeito do seu papel auxiliar em relação a algumas competências das assembleias legislativas, os tribunais de contas dos estados têm igualmente a atribuição de fiscalizá-las, não podendo as Constituições estaduais vedar-lhes tal incumbência.

Comentários:

Os Tribunais de Contas dos estados têm competência para fiscalizar as contas das Assembleias Legislativas, por obediência obrigatória ao modelo federal. Questão correta.

12. (CESPE/ PGE-AM – 2016) São de observância obrigatória para os estados, devendo ser reproduzidas nas Constituições estaduais, as normas constitucionais federais relativas às imunidades parlamentares, ao processo legislativo e ao regime dos crimes de responsabilidade e às garantias processuais penais do chefe do Poder Executivo federal.

Comentários:

Essa questão traz vários aspectos interessantes a serem examinados:

a) Imunidades parlamentares previstas na CF/88 devem ser estendidas aos Deputados Estaduais?

Sim. Há expressa determinação constitucional nesse sentido. Os Deputados Estaduais (art. 27, § 1º, CF/88).

> ***Art. 27 (...)***
> ***§ 1º*** *Será de quatro anos o mandato dos Deputados Estaduais, aplicando-sê-lhes as regras desta Constituição sobre sistema eleitoral, inviolabilidade, imunidades, remuneração, perda de mandato, licença, impedimentos e incorporação às Forças Armadas*.

b) As regras do processo legislativo previstas na CF/88 devem ser reproduzidas pela Constituição Estadual?

As regras básicas do processo legislativo federal são de observância obrigatória pelos estados-membros. No entanto, algumas regras não precisam ser reproduzidas. Apenas como exemplo, os estados não são obrigados a prever, em suas Constituições Estaduais, a existência medidas provisórias.

c) As garantias processuais penais do Presidente se aplicam aos Governadores?

Não. As garantias previstas no art. 86, §§ 3º e 4º, CF/88, são exclusivas do Presidente da República, em decorrência de seu papel de Chefe de Estado. Para fins didáticos, reproduzimos esses dispositivos a seguir:

> ***§ 3º*** *Enquanto não sobrevier sentença condenatória, nas infrações comuns, o Presidente da República não estará sujeito a prisão.*
> ***§ 4º*** *O Presidente da República, na vigência de seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções.*

A única imunidade formal do Presidente da República que ***pode ser estendida aos Governadores é a necessidade de autorização da Câmara dos Deputados*** para que seja processado e julgado nos crimes comuns e de responsabilidade. Obviamente, no caso do Governador, a autorização caberá à Assembleia Legislativa.

d) A Constituição Estadual pode prever regras sobre crimes de responsabilidade do Governador?

Não. A definição dos crimes de responsabilidade e o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento são da competência legislativa privativa da União (Súmula Vinculante nº 46).

Por tudo o que comentamos, a questão está errada.

Julgue os itens seguintes, relativos à aplicabilidade de normas constitucionais e à interação destas com outras fontes do direito.

13. (CESPE/ PGE-AM – 2016) Ao afirmar que o estado do Amazonas, nos limites de sua competência, assegura, em seu território, a brasileiros e estrangeiros, a inviolabilidade dos direitos e garantias fundamentais declarados na CF, o constituinte estadual incorporou, na ordem constitucional do estado, os direitos e as garantias fundamentais constantes da CF, fazendo uso, para tanto, da chamada técnica de remissão normativa.

Comentários:

Para melhor entendimento do enunciado, faz-se necessário compreender em que consiste a técnica de ***remissão normativa***. Trata-se de mecanismo legislativo que permite ao Estado-membro conferir parametricidade às normas constantes da Constituição Federal, que passam a compor, formalmente, em razão da expressa referência a elas feita, também o corpo constitucional desse ente da Federação.

No caso exposto, ao afirmar que o estado do Amazonas, nos limites de sua competência, assegura, em seu território, a brasileiros e estrangeiros, a inviolabilidade dos direitos e garantias fundamentais declarados na CF, a Constituição do Amazonas ***incorporou esses direitos e garantias à ordem constitucional daquele estado***. Questão correta.

14. (CESPE/ PGE-AM – 2016) Em razão do princípio da autonomia política dos entes federativos, estados e municípios não podem ser submetidos a disposições implícitas da CF, devendo obediência, tão somente, às suas disposições expressas.

Comentários:

No exercício da sua capacidade de auto-organização e de autolegislação, isto é, ao elaborar suas leis e Constituição, os ***Estados deverão obedecer a várias disposições implícitas da CF***. É o caso dos princípios constitucionais extensíveis, normas espalhadas por todo o texto da Constituição e por ela estendidas a Estados, Distrito Federal e Municípios. Exemplo: fundamentos e objetivos fundamentais da RFB (art. 1º, I a V; art. 3º, I a IV e art. 4º, I a X, CF/88).Questão errada.

15. (CESPE/ PGE-AM – 2016) Embora o preâmbulo da CF não tenha força normativa, podem os estados, ao elaborar as suas próprias leis fundamentais, reproduzi-lo, adaptando os seus termos naquilo que for cabível.

Comentários:

O preâmbulo da CF/88 ***não possui força normativa*** e ***não é de observância obrigatória*** pelos estados. No entanto, nada impede que uma Constituição Estadual reproduza o preâmbulo da CF/88, adaptando-o naquilo que entender cabível. Questão correta.

16. (CESPE/ PGE-AM – 2016) Por serem normas de observância obrigatória para os estados, os municípios e o DF, as chamadas cláusulas pétreas da CF devem ser reproduzidas nas respectivas leis fundamentais desses entes e constituem os únicos limites materiais a serem observados quando de suas reformas.

Comentários:

As cláusulas pétreas estão previstas no art. 60, § 4º, CF/88:

> ***§ 4º*** *Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:*
> ***I -*** *a forma federativa de Estado;*
> ***II -*** *o voto direto, secreto, universal e periódico;*
> ***III -*** *a separação dos Poderes;*
> ***IV -*** *os direitos e garantias individuais*.

As Constituições Estaduais e as Leis Orgânicas ***não precisam, necessariamente***, reproduzir, por remissão normativa, as cláusulas pétreas da CF/88. Entretanto, obviamente, qualquer modificação às Constituições Estaduais e às Leis Orgânicas deverá obedecer essas cláusulas pétreas.

Outro erro da questão é que a obediência às cláusulas pétreas ***não é a única limitação material*** ao poder de reforma da Constituição Estadual. Há outras limitações implícitas, tais como a titularidade do Poder Constituinte Originário (povo) e o próprio procedimento de reforma constitucional. Questão errada.

Acerca do controle administrativo interno e externo, julgue os itens a seguir.

17. (CESPE/ PGE-AM – 2016) As comissões parlamentares de inquérito são instrumentos de controle externo destinados a investigar fato determinado em prazo determinado, mas desprovidos de poder condenatório.

Comentários:

As CPIs são, de fato, instrumentos por meio dos quais o Poder Legislativo exerce sua função fiscalizatória, de controle externo. Conforme afirma o enunciado, as CPIs (Comissões Parlamentares de Inquérito) ***não possuem poder condenatório***. A Carta Magna prevê, em seu art. 58, § 3º, que suas conclusões, se for o caso, deverão ser encaminhadas ao Ministério Público, para que este promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores. Questão correta.

18. (CESPE/ PGE-AM – 2016) A CF atribui ao TCU a competência para a apreciação dos atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão.

Comentários:

Segundo o art. 49, XII, CF/88, é competência exclusiva do Congresso Nacional *"apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão".* Questão errada.

19. (CESPE/ PGE-AM – 2016) O CNJ é órgão externo de controle administrativo, financeiro e disciplinar do Poder Judiciário.

Comentários:

O CNJ é ***órgão de controle interno*** do Poder Judiciário, uma vez que integra a estrutura desse Poder (art. 92, I-A, CF). Tem como missão o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário, bem como busca assegurar o cumprimento dos deveres funcionais pelos juízes. Questão errada.

ANVISA - 2016

Acerca da CF, julgue os itens seguintes.

20. (CESPE/ ANVISA – 2016) O neoconstitucionalismo influenciou a atual CF e promoveu o fortalecimento dos direitos fundamentais, notadamente, dos direitos sociais.

Comentários:

De fato, em decorrência do neoconstitucionalismo, as constituições passaram a prever ***prever valores em seus textos*** (principalmente referentes à dignidade da pessoa humana) e ***opções políticas gerais*** (redução das desigualdades sociais, por exemplo) e ***específicas*** (como a obrigação do Estado de prover educação e saúde). A CF/88, sob influência desse pensamento, promoveu o ***fortalecimento dos direitos fundamentais***, notadamente, dos direitos sociais. Questão correta.

21. (CESPE/ ANVISA – 2016) No Brasil, segundo a doutrina dominante, os usos e costumes não são fontes do direito constitucional, pois o poder constituinte originário optou por uma Constituição escrita e materializada em um só código básico.

Comentários:

Apesar de a Constituição brasileira ser do tipo escrita e codificada, os usos e costumes são, sim, fontes do direito constitucional. Questão errada.

22. (CESPE/ ANVISA – 2016) Nos termos da CF, um ente federativo terá o direito de secessão, isto é, de desagregar-se da Federação, seja em caso

de crise institucional, seja por decisão da população diretamente interessada, mediante plebiscito.

Comentários:

A forma federativa de estado é uma cláusula pétrea do texto constitucional. Assim, ***não há direito de secessão*** na federação brasileira. Não pode o estado de Minas Gerais, por exemplo, declarar sua independência e se separar do restante da federação. Questão errada.

Com relação aos direitos e garantias fundamentais, julgue os itens que se seguem.

23. (CESPE/ ANVISA – 2016) Embora não haja menção expressa no texto da CF, determinados direitos e garantias fundamentais poderão ser estendidos às pessoas jurídicas.

Comentários:

Vários direitos fundamentais são estendidos às pessoas jurídicas. É o caso do direito à honra, por exemplo. Pode-se afirmar que as pessoas jurídicas também são titulares de direitos fundamentais. Questão correta.

24. (CESPE/ ANVISA – 2016) <u>Situação hipotética:</u> Um servidor público federal ofereceu representação ao Ministério Público contra o presidente de uma grande empresa que lhe havia oferecido uma quantia indevida, a fim de obter favorecimento em um processo administrativo. O servidor apresentou como prova uma conversa telefônica por ele gravada. <u>Assertiva:</u> Nessa situação, em que pese a inexistência de autorização judicial, tal prova será considerada lícita.

Comentários:

Segundo o STF, ***é lícita a prova obtida mediante gravação telefônica feita por um dos interlocutores sem a autorização judicial***, caso haja investida criminosa daquele que desconhece que a gravação está sendo feita. Nessa situação, tem-se a legítima defesa. Questão correta.

25. (CESPE/ ANVISA – 2016) À luz do princípio da dignidade humana, a CF estabelece que, após a aprovação por qualquer quórum durante o processo legislativo, todos os tratados e convenções sobre direitos humanos subscritos pelo Brasil passem a ter o *status* de norma constitucional.

Comentários:

Segundo a jurisprudência do STF, os ***tratados internacionais de direitos humanos*** podem ter ocupar 2 (duas) posições hierárquicas distintas no ordenamento jurídico:

a) Hierarquia constitucional: Os tratados internacionais de direitos humanos que for aprovado, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por 3/5 (três quintos) dos votos dos respectivos membros serão equivalentes à emenda constitucional. Questão errada.

b) Hierarquia supralegal: Os tratados internacionais de direitos humanos aprovados pelo rito ordinário terão status supralegal (acima das leis, mas abaixo da Constituição). Cabe destacar que os tratados de direitos humanos aprovados antes da EC nº 45/2004, como é o caso do Pacto de San José da Costa Rica, também terão *status* supralegal.

Voltando à questão, é possível perceber que nem todos os tratados internacionais de direitos humanos terão *status* constitucional. Portanto, a questão está errada.

26. (CESPE/ ANVISA – 2016) Uma lei que altere o processo eleitoral e que seja editada no mesmo ano das eleições municipais poderá ser aplicada, desde que sua edição se dê, no mínimo, cento e oitenta dias antes do pleito eletivo.

Comentários:

Segundo o art. 16, CF/88, *"a lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra **até um ano da data de sua vigência**"*. Trata-se do princípio da anterioridade da lei eleitoral. Questão errada.

No que se refere à organização político-administrativa do Estado, julgue os próximos itens.

27. (CESPE/ ANVISA – 2016) Apesar de não possuírem sua própria Constituição, os municípios, em simetria com os estados, desempenham as funções dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, em razão da autonomia administrativa estabelecida no texto da CF.

Comentários:

No âmbito municipal, não há Poder Judiciário. Questão errada.

28. (CESPE/ ANVISA – 2016) Em caso de desmembramento de município, faz-se necessária consulta por meio de plebiscito, tanto à população do território remanescente como, também, à daquele a ser desmembrado.

Comentários:

Segundo o art. 18, § 4º, CF/88, *"a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei*".

Segundo o STF, a expressão "***populações dos Municípios envolvidos***" abrange tanto a população do território remanescente quanto aquela do território a ser desmembrado. A consulta plebiscitária, portanto, é bastante ampla. Questão correta.

29. (CESPE/ ANVISA – 2016) Situação hipotética: O Estado de Minas Gerais editou norma geral sobre matéria de competência concorrente, ante a ausência de norma geral editada pela União. Todavia, meses depois, a União promulgou lei estabelecendo normas gerais acerca da matéria. Assertiva: Nessa situação, a lei estadual terá sua eficácia suspensa naquilo que for contrária à lei federal.

Comentários:

No âmbito da competência legislativa concorrente, a superveniência de lei federal sobre normas gerais ***suspende a eficácia da lei estadual***, no que lhe for contrário (art. 25, § 4º, CF). Questão correta.

Julgue os itens a seguir com base na CF.

30. (CESPE/ ANVISA – 2016) Segundo a CF, o concurso público é válido por dois anos e prorrogável uma vez por igual período, e a estabilidade do servidor nomeado em cargo de provimento efetivo somente se verificará após este exercer três anos de atividade no cargo.

Comentários:

O concurso público é válido por ***até dois anos***, sendo prorrogável uma vez, por igual período. Questão errada.

31. (CESPE/ ANVISA – 2016) A pessoa jurídica de direito público responderá pelos danos que seu agente público causar a terceiros, sendo assegurado a ela o direito de regresso contra o servidor responsável apenas em caso de dolo.

Comentários:

Segundo o art. 37, § 6º, CF/88, "*as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa*". Trata-se da ***responsabilidade civil objetiva*** do Estado. O direito de regresso contra o servidor é assegurado, pela Constituição, nos casos de ***dolo*** ou ***culpa***. Questão errada.

32. (CESPE/ ANVISA – 2016) O Congresso Nacional, com auxílio do TCU, tem competência para fiscalizar a legalidade contábil, financeira, orçamentária e patrimonial da União, mediante controle externo.

Comentários:

O Congresso Nacional exerce o ***controle externo*** da Administração Pública, com o ***auxílio do TCU***. É o que prevê o art. 70, CF/88, segundo o qual "*a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder*". Questão correta.

33. (CESPE/ ANVISA – 2016) Conforme a CF, qualquer cidadão tem o direito de denunciar irregularidades ou ilegalidades ao TCU, na forma da lei.

Comentários:

Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União (art. 74, § 2º, CF). Questão correta.

34. (CESPE/ ANVISA – 2016) O presidente da República possui competência constitucional para dispor, mediante decreto, acerca de aumento de despesa na administração federal.

Comentários:

O presidente da República pode, mediante decreto, dispor sobre organização e funcionamento da administração federal, ***quando não implicar aumento de despesa*** nem criação ou extinção de órgãos públicos (art. 84, VI, "a", CF). Questão errada.

Ainda de acordo com a CF, julgue os itens seguintes.

35. (CESPE/ ANVISA – 2016) O controle dos produtos e substâncias de interesse para a saúde e a participação na produção de medicamentos não competem ao SUS, pois sua atribuição é apenas de fiscalização.

Comentários:

Compete ao SUS ***controlar e fiscalizar*** procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde e participar da produção de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos, hemoderivados e outros insumos (art. 200, I, CF). Questão errada.

36. (CESPE/ ANVISA – 2016) A segurança pública é direito de todos e, nesse sentido, incumbe à polícia civil a função de polícia judiciária da União.

Comentários:

As polícias civis exercem as funções de polícia judiciária e apuração de infrações penais. No entanto, é a Polícia Federal que exerce a função de ***polícia judiciária da União***. Questão errada.

37. (CESPE/ ANVISA – 2016) A CF determina que, havendo possibilidade, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte.

Comentários:

Trata-se do princípio da capacidade contributiva, previsto no art. 145, § 1º, da CF/88, o qual reproduzimos a seguir:

> ***Art. 145 (...)***
> ***§ 1º*** *Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte*.

Questão correta.

38. (CESPE/ ANVISA – 2016) Os agentes comunitários de saúde podem ser admitidos pelo gestor local do SUS por meio de processo seletivo público em conformidade com a natureza, a complexidade e os requisitos específicos para sua atuação.

Comentários:

De fato, existe essa possibilidade, por disposição do art. 198, § 4º, da CF/88.

> ***Art. 198 (...)***
> ***§ 4º*** *Os gestores locais do sistema único de saúde poderão admitir agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias por meio de processo seletivo público, de acordo com a natureza e complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para sua atuação*.

Questão correta.

39. (CESPE/ ANVISA – 2016) Atendimento integral com prioridade para as atividades preventivas, descentralização com direção única em cada esfera de governo e participação da comunidade são diretrizes que devem integrar as ações públicas de saúde.

Comentários:

As diretrizes de organização das ações públicas de saúde estão previstas no art. 198, CF/88:

> ***Art. 198.*** *As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:*
> ***I -*** *descentralização, com direção única em cada esfera de governo;*
> ***II -*** *atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;*

III - *participação da comunidade.*

Questão correta.

Lista de Questões

PGE/AM - 2016

1. (CESPE/ PGE-AM – 2016) Ante a constatação de que determinada lei municipal contraria princípio de intervenção (princípio sensível) presente tanto na CF como na Constituição estadual, o governador do estado poderá ajuizar ação de controle abstrato de normas tanto em relação à CF, perante o STF, como em relação à Constituição estadual, perante o respectivo tribunal de justiça.

2. (CESPE/ PGE-AM – 2016) No caso de representação com vistas à intervenção estadual em município para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição estadual, o provimento do pedido pelo tribunal de justiça não pode consistir na suspensão da execução do ato normativo impugnado, mesmo que essa medida baste ao restabelecimento da normalidade.

3. (CESPE/ PGE-AM – 2016) No exercício da competência para o chamado veto jurídico no âmbito dos correspondentes processos legislativos, governadores e prefeitos podem invocar tão somente violações às respectivas leis fundamentais (Constituições estaduais e leis orgânicas municipais), sendo-lhes vedado vetar projetos de lei com base na sua incompatibilidade com a CF.

4. (CESPE/ PGE-AM – 2016) Decreto legislativo editado pelo Poder Legislativo para sustar ato normativo do Poder Executivo por exorbitância do poder regulamentar pode ser apreciado em controle abstrato de normas, oportunidade em que o tribunal competente deverá analisar se tal ato normativo efetivamente extrapolou a lei objeto de regulamentação para, somente depois disso, decidir sobre a constitucionalidade do referido decreto legislativo.

5. (CESPE/ PGE-AM – 2016) A competência dos estados para suplementar a legislação federal sobre normas gerais é indelegável. As competências oriundas do seu poder remanescente, por sua vez, são delegáveis, conforme disposição na Constituição estadual.

6. (CESPE/ PGE-AM – 2016) Embora, conforme a CF, a lei orgânica municipal esteja subordinada aos termos da Constituição estadual correspondente, esta última Carta não pode estabelecer condicionamentos ao poder de auto-organização dos municípios.

7. (CESPE/ PGE-AM – 2016) A incidência de lei emanada da União é determinada na própria lei, independentemente das regras constitucionais federais sobre repartição de competências: é a previsão na própria lei, quando de sua edição, que determinará se ela se aplicará aos demais entes federativos (lei nacional, portanto) ou apenas à União (lei federal, por conseguinte).

8. (CESPE/ PGE-AM – 2016) No âmbito das competências concorrentes, lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia de lei estadual superveniente, no que esta lhe for contrária.

9. (CESPE/ PGE-AM – 2016) Dado o princípio majoritário adotado pela CF, pode a Constituição estadual prever que o pedido de criação de comissão parlamentar de inquérito efetuado por um terço dos deputados estaduais no âmbito da assembleia legislativa fique condicionado à vontade da maioria do plenário, que, se assim deliberar, poderá impedir a instalação da respectiva comissão.

10. (CESPE/ PGE-AM – 2016) Ao instituir sistema estadual de controle abstrato de normas, o estado não estará obrigado a prever em sua Constituição um rol de legitimados para a ação necessariamente equivalente àquele previsto para o controle abstrato de normas no STF.

11. (CESPE/ PGE-AM – 2016) A despeito do seu papel auxiliar em relação a algumas competências das assembleias legislativas, os tribunais de contas dos estados têm igualmente a atribuição de fiscalizá-las, não podendo as Constituições estaduais vedar-lhes tal incumbência.

12. (CESPE/ PGE-AM – 2016) São de observância obrigatória para os estados, devendo ser reproduzidas nas Constituições estaduais, as normas constitucionais federais relativas às imunidades parlamentares, ao processo legislativo e ao regime dos crimes de responsabilidade e às garantias processuais penais do chefe do Poder Executivo federal.

13. (CESPE/ PGE-AM – 2016) Ao afirmar que o estado do Amazonas, nos limites de sua competência, assegura, em seu território, a brasileiros e estrangeiros, a inviolabilidade dos direitos e garantias fundamentais declarados na CF, o constituinte estadual incorporou, na ordem constitucional do estado, os direitos e as garantias fundamentais constantes da CF, fazendo uso, para tanto, da chamada técnica de remissão normativa.

14. (CESPE/ PGE-AM – 2016) Em razão do princípio da autonomia política dos entes federativos, estados e municípios não podem ser submetidos a disposições implícitas da CF, devendo obediência, tão somente, às suas disposições expressas.

15. (CESPE/ PGE-AM – 2016) Embora o preâmbulo da CF não tenha força normativa, podem os estados, ao elaborar as suas próprias leis fundamentais, reproduzi-lo, adaptando os seus termos naquilo que for cabível.

16. (CESPE/ PGE-AM – 2016) Por serem normas de observância obrigatória para os estados, os municípios e o DF, as chamadas cláusulas pétreas da CF devem ser reproduzidas nas respectivas leis fundamentais desses entes e constituem os únicos limites materiais a serem observados quando de suas reformas.

17. (CESPE/ PGE-AM – 2016) As comissões parlamentares de inquérito são instrumentos de controle externo destinados a investigar fato determinado em prazo determinado, mas desprovidos de poder condenatório.

18. (CESPE/ PGE-AM – 2016) A CF atribui ao TCU a competência para a apreciação dos atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão.

19. (CESPE/ PGE-AM – 2016) O CNJ é órgão externo de controle administrativo, financeiro e disciplinar do Poder Judiciário.

ANVISA - 2016

20. (CESPE/ ANVISA – 2016) O neoconstitucionalismo influenciou a atual CF e promoveu o fortalecimento dos direitos fundamentais, notadamente, dos direitos sociais.

21. (CESPE/ ANVISA – 2016) No Brasil, segundo a doutrina dominante, os usos e costumes não são fontes do direito constitucional, pois o poder constituinte originário optou por uma Constituição escrita e materializada em um só código básico.

22. (CESPE/ ANVISA – 2016) Nos termos da CF, um ente federativo terá o direito de secessão, isto é, de desagregar-se da Federação, seja em caso de crise institucional, seja por decisão da população diretamente interessada, mediante plebiscito.

23. (CESPE/ ANVISA – 2016) Embora não haja menção expressa no texto da CF, determinados direitos e garantias fundamentais poderão ser estendidos às pessoas jurídicas.

24. (CESPE/ ANVISA – 2016) <u>Situação hipotética:</u> Um servidor público federal ofereceu representação ao Ministério Público contra o presidente de uma grande empresa que lhe havia oferecido uma quantia indevida, a fim de obter favorecimento em um processo administrativo. O servidor apresentou como prova uma conversa telefônica por ele gravada. <u>Assertiva:</u> Nessa situação, em que pese a inexistência de autorização judicial, tal prova será considerada lícita.

25. (CESPE/ ANVISA – 2016) À luz do princípio da dignidade humana, a CF estabelece que, após a aprovação por qualquer quórum durante o processo legislativo, todos os tratados e convenções sobre direitos humanos subscritos pelo Brasil passem a ter o *status* de norma constitucional.

26. (CESPE/ ANVISA – 2016) Uma lei que altere o processo eleitoral e que seja editada no mesmo ano das eleições municipais poderá ser aplicada, desde que sua edição se dê, no mínimo, cento e oitenta dias antes do pleito eletivo.

27. (CESPE/ ANVISA – 2016) Apesar de não possuírem sua própria Constituição, os municípios, em simetria com os estados, desempenham as funções dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, em razão da autonomia administrativa estabelecida no texto da CF.

28. (CESPE/ ANVISA – 2016) Em caso de desmembramento de município, faz-se necessária consulta por meio de plebiscito, tanto à população do território remanescente como, também, à daquele a ser desmembrado.

29. (CESPE/ ANVISA – 2016) Situação hipotética: O Estado de Minas Gerais editou norma geral sobre matéria de competência concorrente, ante a ausência de norma geral editada pela União. Todavia, meses depois, a União promulgou lei estabelecendo normas gerais acerca da matéria. Assertiva: Nessa situação, a lei estadual terá sua eficácia suspensa naquilo que for contrária à lei federal.

30. (CESPE/ ANVISA – 2016) Segundo a CF, o concurso público é válido por dois anos e prorrogável uma vez por igual período, e a estabilidade do servidor nomeado em cargo de provimento efetivo somente se verificará após este exercer três anos de atividade no cargo.

31. (CESPE/ ANVISA – 2016) A pessoa jurídica de direito público responderá pelos danos que seu agente público causar a terceiros, sendo assegurado a ela o direito de regresso contra o servidor responsável apenas em caso de dolo.

32. (CESPE/ ANVISA – 2016) O Congresso Nacional, com auxílio do TCU, tem competência para fiscalizar a legalidade contábil, financeira, orçamentária e patrimonial da União, mediante controle externo.

33. (CESPE/ ANVISA – 2016) Conforme a CF, qualquer cidadão tem o direito de denunciar irregularidades ou ilegalidades ao TCU, na forma da lei.

34. (CESPE/ ANVISA – 2016) O presidente da República possui competência constitucional para dispor, mediante decreto, acerca de aumento de despesa na administração federal.

35. (CESPE/ ANVISA – 2016) O controle dos produtos e substâncias de interesse para a saúde e a participação na produção de medicamentos não competem ao SUS, pois sua atribuição é apenas de fiscalização.

36. (CESPE/ ANVISA – 2016) A segurança pública é direito de todos e, nesse sentido, incumbe à polícia civil a função de polícia judiciária da União.

37. (CESPE/ ANVISA – 2016) A CF determina que, havendo possibilidade, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte.

38. (CESPE/ ANVISA – 2016) Os agentes comunitários de saúde podem ser admitidos pelo gestor local do SUS por meio de processo seletivo público em conformidade com a natureza, a complexidade e os requisitos específicos para sua atuação.

39. (CESPE/ ANVISA – 2016) Atendimento integral com prioridade para as atividades preventivas, descentralização com direção única em cada esfera de governo e participação da comunidade são diretrizes que devem integrar as ações públicas de saúde.

Gabarito

1.	CERTA
2.	ERRADA
3.	ERRADA
4.	CERTA
5.	ERRADA
6.	CERTA
7.	ERRADA
8.	ERRADA
9.	ERRADA
10.	CERTA
11.	CERTA
12.	ERRADA
13.	CERTA
14.	ERRADA
15.	CERTA
16.	ERRADA
17.	CERTA
18.	ERRADA
19.	ERRADA
20.	CERTA
21.	ERRADA
22.	ERRADA
23.	CERTA
24.	CERTA
25.	ERRADA
26.	ERRADA
27.	ERRADA
28.	CERTA
29.	CERTA
30.	ERRADA
31.	ERRADA
32.	CERTA
33.	CERTA
34.	ERRADA
35.	ERRADA
36.	ERRADA
37.	CERTA
38.	CERTA
39.	CERTA

ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE:
PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.

1. Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.

2. Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).

3. Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).

4. Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).

5. Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).

6. Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).

7. Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.

8. O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.

Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.